

Pragmatismo eleitoral e estabilidade política: o *duplo jogo* da Democracia Cristã no Chile e no Uruguai (1964-1970)

Electoral pragmatism and political stability: the *dual game* of Christian Democracy in Chile and Uruguay (1964-1970)

André Lopes Ferreira¹

alfamerica@uel.br

<https://orcid.org/0000-0002-9009-3911>

Resumo: Após conquistar o poder em 1964 com a eleição à presidência de Eduardo Frei Montalva, o PDC chileno atuou até 1970 num cenário político-institucional ainda estável, embora cada vez mais polarizado, o que permitiu à legenda dedicar-se quase exclusivamente ao *jogo eleitoral*. Naquele ínterim, o partido basicamente concentrou esforços na implementação de seu programa, a célebre *Revolución en libertad*, além de lidar com os conflitos internos entre suas diferentes alas. No Uruguai, por outro lado, o Partido Demócrata Cristão era uma força minoritária e oposicionista, a qual a partir de 1967, com a radicalização da luta armada dos Tupamaros e o ascendente autoritarismo do governo de Jorge Pacheco Areco, engajou-se no chamado *jogo de regime*, isto é, empenhou-se na defesa da democracia colocando eventualmente em segundo plano objetivos eleitorais mais imediatos. Tendo analisado correspondências internas e material para a formação de militantes, bem como artigos da imprensa democrata-cristã, utilizou-se o método da história comparada para cotejar a trajetória dos PDCs chileno e uruguaio entre 1964 e 1970. Neste sentido, elegeu-se um problema central que permitiu articular ambos os objetos de análise, a saber, o comportamento dos dirigentes desses partidos em face das crescentes ameaças à democracia nos dois países. Baseando-se no conceito de *duplo jogo* de Scott Mainwaring (2010), demonstrou-se como no caso uruguaio os democrata-cristãos se comprometeram simultaneamente com os jogos *eleitoral* e *de regime*, buscando ampliar seu apoio nas urnas e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção das instituições e do campo político então sob constante ameaça.

Palavras-chave: Democracia Cristã; Chile; Uruguai; autoritarismo; democracia

Abstract: After the election of its candidate Eduardo Frei Montalva in 1964, the Chilean PDC operated until 1970 in a political scenario that was still stable, although increasingly polarized, which allowed this group to devote itself almost exclusively to the *electoral game*. In the meantime, the party focused its efforts primarily on implementing its program, the well-known *Revolución en libertad*, as well as dealing with internal conflicts between its different wings. In Uruguay, on the other hand, the Christian Democratic Party was a small opposition force, which from 1967 onwards, under the radicalization of the Tupamaro's armed struggle and the rising authoritarianism of the Jorge Pacheco Areco government, engaged in the so-called *regime's game*, committing itself to the defense of democracy and putting in the background the most immediate electoral objectives. After analyzing internal correspondence and material for political cadre training, as well

¹ Universidade Estadual de Londrina - UEL. Departamento de História. Centro de Letras e Ciências Humanas. Rodovia Celso Garcia Cid | PR 445 Km 380 | Campus Universitário Cx. Postal 10.011 | CEP 86.057-970 | Londrina - PR, Brasil.

as articles in the Christian Democratic press, the method of comparative history was used to compare the trajectory of the Chilean and Uruguayan PDCs between 1964 and 1970. In this regard, a central problem was chosen to articulate both objects of study, namely, the behavior of party leaders in the face of the growing threats to democracy in both countries. Based on Scott Mainwaring's (2010) concept of *dual game*, this article shows how, in the Uruguayan case, the Christian Democrats committed themselves simultaneously to *electoral* and *regime* games, seeking to increase their support among voters and, at the same time, to guarantee the maintenance of democratic institutions and the political field then under constant threat.

Keywords: Christian Democracy; Chile; Uruguay; Authoritarianism; Democracy

Comparando a Democracia Cristã no Chile e no Uruguai

A comparação é um recurso largamente utilizado pelos historiadores. De certo modo, o ato de comparar é um expediente corriqueiro e quase natural, pois parte inerente da investigação do passado reside em confrontar dados e estatísticas, fazer a analogia de fontes variadas, acarear distintos episódios etc. Entretanto, o procedimento comparativo, adotado na maioria das vezes de forma pontual e circunscrita, não define em si mesmo o que entendemos por História Comparada, a qual seria, mais precisamente, uma metodologia e, ao mesmo tempo, uma forma de conceber o objeto de pesquisa.

Assim, a História Comparada transcende o método comparativo, uma vez que se utiliza dele, mas não está a ele limitada. Para José D'Assunção Barros, outras vertentes historiográficas podem se valer da comparação como ferramenta analítica, mas é necessário “[...] Um Duplo ou Múltiplo Campo de Observação – ou um âmbito multifocal de análise [...] para que se possa falar legitimamente de uma modalidade definível como ‘História Comparada’ e não apenas de uma prática historiográfica que utiliza ‘metodologias comparativas’” (Barros, 2007, p. 19).

Ao colocarmos frente a frente processos e fenômenos comuns a dois ou mais campos de observação – no caso deste artigo, dois sistemas partidários –, se nos abre a possibilidade de romper com a perspectiva majoritária que consagrou “[...] as fronteiras da nação como os limites *naturais* estabelecidos para a pesquisa histórica [...]” (Prado, 2005, p. 13). Quando é possível fazê-lo, ultrapassar os marcos nacionais nos permite questionar supostos particularismos e, às vezes, revelar padrões e frequências que, do contrário, não viriam à tona. Naturalmente, a escolha

dos campos observados pressupõe um critério de seleção, o qual, para Marc Bloch, em sua pioneira defesa da História Comparada², pode ser estabelecido ao

[...] estudar paralelamente sociedades a um tempo vizinhas e contemporâneas, incessantemente influenciadas umas pelas outras, cujo desenvolvimento está submetido, precisamente por causa da sua proximidade e seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte, a uma origem comum. [...] (Bloch, 1998, p. 122-123).

À vista disso, lembremos que a afirmação da Democracia Cristã (DC) no Chile e no Uruguai teve como pano de fundo macrorregional o acirramento da Guerra Fria, um extensivo ciclo de ditaduras e a difusão de movimentos guerrilheiros por todo o continente. Em contrapartida, a gênese dessa tendência política em ambos os países se deu em ambientes relativamente semelhantes e que destoavam do quadro mais amplo acima descrito. Com efeito, estamos falando de sociedades que ainda apresentavam estabilidade democrática naquela conjuntura, o que as diferenciava das nações do entorno, em especial no que diz respeito ao distanciamento de suas Forças Armadas das disputas político-partidárias.

Fundado em 1957, o PDC chileno foi uma legenda muito importante, fazendo inclusive um presidente da República já em 1964, na segunda vez em que postulava esse cargo. Entre os uruguaios, o Partido Demócrata Cristão surgiu em 1962 com uma exígua base de apoio, atingindo algo como 3% dos votos em suas primeiras disputas, 1962 e 1966³. Diferentes quanto a seu peso relativo e alcance eleitoral, essas siglas compartilhavam, no entanto, origens doutrinárias e programas correlatos, além de integrarem a chamada *Organización Demócrata Cristiana de América*

² A reflexão seminal de Marc Bloch sobre esse tema é na verdade fruto de uma comunicação feita no VI Congresso Internacional de Ciências Históricas, realizado na cidade de Oslo em 1928. No mesmo ano, o texto seria publicado como artigo sob o título “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”.

³ Os resultados das eleições nacionais de 1962 e 1966 podem ser consultados no banco de dados da Corte Eleitoral do Uruguai. Disponível em: <https://www.corteelectoral.gub.uy/estadisticas/estadisticas/estadisticas>. Acesso em: 22/02/2022.

– ODCA, organismo transnacional criado precisamente em Montevideu no ano de 1947 (Cayota, 2014, p. 68).

Outra característica da História Comparada é trabalhar a partir de problemas articuladores. Como por definição há sempre mais que uma unidade de estudo, o enfoque examinador não deve ser direcionado a este ou àquele caso em particular, mas antes refleti-los paralelamente. Logo, o esforço de entendimento é em geral conduzido por uma questão norteadora que antecede os objetos de análise, exatamente na medida em que os constitui como tal. Assim,

[...] A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo [...] Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (Barros, 2007, p. 17).

Para as finalidades do presente texto, o mote central foi indagar como os líderes democrata-cristãos – chilenos e uruguaios – agiram no contexto de crescente polarização e questionamento da democracia em seus respectivos países. Como hoje sabemos, mesmo com um histórico institucional positivo, por assim dizer, Uruguai e Chile não passariam ilesos ao avanço do autoritarismo no Cone Sul, sofrendo golpes militares em junho e setembro de 1973, nesta ordem.

O recorte cronológico aqui proposto coincide com o mandato presidencial de Eduardo Frei (1964-1970) e, portanto, com o período em que a Democracia Cristã se desempenhou como partido de governo no Chile; contudo, os mesmos marcos temporais também se justificam no que concerne à atuação do PDC no Uruguai. Justamente em 1964 esse partido iniciou uma conversão à esquerda, redefinindo aos poucos sua posição no campo político. Tal processo começa com a reincorporação dos membros da *Juventud Demócrata Cristiana* – JDC e do *Movimiento Social Cristiano* – MSC, os quais haviam se afastado da organização por divergências ideológicas com suas autoridades (Ilha, 2016, p. 23). Finalmente, ao longo do segundo semestre de 1970, as principais forças progressistas uruguaias – em grande parte estimuladas pela DC – concluíram o

longo processo de ajustes que levou à unificação das esquerdas e ao estabelecimento da Frente Ampla (FA), ocorrido em fevereiro de 1971.

Consideradas as especificidades de lado a lado, a Democracia Cristã chegou a constituir uma alternativa competitiva e vitoriosa no país andino, enquanto no Uruguai, apesar da relevância de suas intervenções no debate público, ocupou um espaço bem mais modesto. Diante de tal disparidade, conhecer as raízes históricas desses partidos é um passo importante para entender sua relação com o restante do sistema.

De acordo com o historiador francês René Rémond, os eventos políticos se desenvolvem simultaneamente em diferentes temporalidades. Assim sendo, a atividade política pode ser estritamente factual, quer dizer, cristalizar-se em acontecimentos que datamos precisamente; por outro lado, esse universo também comporta fenômenos processuais que se encontram diluídos na média ou até na longa duração.⁴

Admitindo que a formação das correntes ideológicas transcorre num maior prazo, é importante salientar que no Uruguai e no Chile a moderna Democracia Cristã foi antecedida por partidos de orientação católica que existiam desde a primeira metade do séc. XX. O PDC chileno é um sucessor da Falange Nacional, fundada em 1938, ao passo que, no Uruguai, os democrata-cristãos reorganizaram a antiga União Cívica, sigla que atuava no país desde 1911. Em ambos os casos, o surgimento da DC foi o resultado de disputas e realinhamentos internos em partidos que já operavam há bastante tempo, não sendo sua aparição algo fortuito.

A consolidação da Democracia Cristã como oferta eleitoral está diretamente ligada à conjuntura europeia do pós-guerra. É verdade que, em finais do séc. XIX, já existiam partidos católicos tanto na Europa quanto na América Latina, porém, essas organizações não se identificavam como democrata-cristãs, além de serem nitidamente conservadoras e, não incomum, estarem ligadas à ordem oligárquica em vários lugares (Mainwaring e Scully, 2010, p. 56-57). Nesse ínterim, a publicação em 1891 da Encíclica papal *Rerum Novarum*⁵ revelava um despertar da Igreja para questões sociopolíticas cada vez mais prementes, e pode ser vista como um divisor de águas na história dos partidos de inspiração cristã:

[...] El contraste es particularmente notorio entre los

⁴ Ao definir a natureza da História Política, afirma Rémond: “[...] Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração. [...]” (Rémond, 2003, p. 34-35).

⁵ LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a condição dos operários). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 05/09/2019.

partidos fundados antes de la encíclica papal Rerum Novarum en 1891 y los partidos demócratacristianos fundados en las décadas de 1950 y 1960. [...] Los partidos católicos creados antes de ella estaban característicamente influidos por la posición conservadora de la Iglesia en numerosos temas, mientras que los partidos demócratacristianos fundados en las décadas de 1950 y 1960 nacieron durante un momento más liberal en el desarrollo de la Iglesia católica. [...] (Mainwaring e Scully, 2010, p. 57).

Como foi assinalado, no caso latino-americano alguns dos grupos democrata-cristãos surgiram em oposição aos velhos partidos católicos, como é o exemplo da Democracia Cristã no Equador, nascida em 1964 como cisão do *Movimiento Social Cristiano*. Em outros países, como o já citado Uruguai, observamos que o PDC se constituiu mediante a renovação de quadros da *Unión Cívica*. Vale dizer, a criação do *Partido Demócrata Cristiano* uruguaio em 1962 foi sucedida por uma série de embates e disputas entre os novos dirigentes e a velha guarda de perfil mais conservador (Pérez, 1987, p. 28; Mainwaring e Scully, 2010, p. 57-58).

Ainda segundo Mainwaring e Scully, o estabelecimento da Democracia Cristã na região se deu em diferentes etapas, resultando em duas gerações de partidos distintas entre si. Em princípio, foram criadas organizações como a *Falange Nacional* no Chile (1938), o PAN, *Partido Acción Nacional* no México (1939), o Partido Democrata Cristão no Brasil (1945) e o COPEI, *Comité de Organización Política Electoral Independiente* venezuelano (1946). A geração seguinte, característica do pós-guerra, conta com representantes como o PDC da Argentina (1955), do Peru (1956) e o PDC chileno (1957), além de partidos democrata-cristãos fundados em El Salvador (1960), Uruguai (1962) e Equador (1964) (Mainwaring e Scully, 2010, p. 60).

A segunda leva de organizações democrata-cristãs surge em um cenário marcado por grandes mudanças na política latino-americana, com destaque para os desdobramentos da Guerra Fria no continente e, é claro, o advento da Revolução Cubana em 1959. Também são importantes as transformações no seio da própria Igreja Católica, já que, após a II Guerra Mundial, ao menos em alguns setores do clero, ganhou força e espaço uma orientação pastoral mais sintonizada com os desafios de uma sociedade crescentemente dinâmica e pouco previsível⁶. Na América Latina, de acordo com Sergio Salinas, essa

abertura progressista na estrutura eclesial traria consequências profundas e duradouras:

En ese contexto que el papa Juan XXIII proclamó en el Concilio Vaticano II (1962) que la Iglesia había perdido contacto con el mundo afuera de sus propias puertas y que tenía que reexaminar su misión para no perder también su relevancia. El concepto de una «Iglesia de los pobres» –esgrimido por el Papa– abrió un debate eclesial que fue ampliado durante la Conferencia Episcopal de los Obispos Latinoamericanos realizada en Medellín (1968), enfocado esta vez en la situación latinoamericana. [...] (Salinas, 2013, p. 76).

De fato, a atuação da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM) foi determinante na transformação da Igreja. Tendo realizado seu primeiro encontro em 1955, no Rio de Janeiro, o conselho de bispos seria decisivo na orientação do clero em face das questões sociais e políticas que se impunham (Arenas, 2014?). Conforme Raffaele Nocera, até a Revolução Cubana o organismo se ocupou exclusivamente de assuntos de cunho religioso, contudo, “[...] el influjo de dicha revolución favoreció la discusión y sirvió para coordinar las diversas realidades nacionales. [...]” (Nocera, 2015, p. 60).

No Chile, entretanto, é fundamental perceber que a renovação da Igreja – numa direção reformista – teve início antes do Concílio Vaticano II e do processo revolucionário em Cuba; isto é, a recomposição da alta hierarquia católica não pode ser entendida apenas como um reflexo daqueles acontecimentos, mas algo paralelo a eles e, em certa medida, um fenômeno local e independente, fruto da inevitável substituição de prelados por razões de morte ou idade avançada. É sabido que “[...] En finales de los años cincuenta y en la siguiente década, al interior de la Iglesia chilena empezaron a prevalecer corrientes más reformistas y se verificó una significativa renovación generacional de la jerarquía con la sustitución de 14 obispos de un total de 28, la mayoría con una postura reformista. [...]” (Nocera, 2015, p. 64).

Entre os bispos que ascenderam à cúpula da Igreja chilena nesse contexto havia figuras com decidida vocação social como Raúl Silva Henríquez, Arcebispo de Santiago entre 1961 e 1983. Em 1962 ele seria conduzido à presidência da Cáritas Internacional e, mais tarde, em 1976, foi também o responsável pela criação da *Vicaría de la Solidaridad*, comitê encarregado da defesa dos Direitos Humanos durante a ditadura de Pinochet (Aillapán *et*

⁶ “La segunda generación de partidos demócratacristianos nació durante un momento diferente, marcado por la confluencia de cambios en la Iglesia católica y en la política latinoamericana. La década de 1950 se caracterizó por el ascenso de un pensamiento eclesial y social más progresista dentro de sectores de la Iglesia latinoamericana, lo que llevó al Concilio Vaticano II (1962-1965) la convocatoria a Roma de los obispos del orbe para discutir sobre la misión de la Iglesia en el mundo moderno. *El creciente énfasis en los aspectos más progresistas de la misión social de la iglesia fue un pilar del pensamiento de la democracia cristiana*” (Mainwaring e Scully, 2010, p. 61, grifo meu).

al., 2012). Outro nome que se consolida no período é o de Manuel Larraín, Bispo da Diocese de Talca de 1938 a 1966. Larraín foi um dos signatários do famoso Pacto das Catacumbas⁷, documento firmado em novembro de 1965 por cerca de 40 sacerdotes que participavam do Concílio Vaticano II e advogavam uma Igreja não só voltada aos pobres, mas que fosse humilde em essência e aparência (Pikaza e Silva, 2015, p. 17-25).

Deve-se sublinhar que Silva Henríquez e Larraín anteciparam ações de reforma agrária de maneira inédita, e por que não dizer, histórica (Berríos, 2009, p. 39). Em março de 1962, o Episcopado chileno emitiu uma declaração favorável à divisão dos grandes latifúndios do país – lembrando que a primeira lei nesse sentido foi aprovada no final do mesmo ano pelo governo Alessandri, embora com tímidos resultados práticos (Angell, 2015, p. 871). Na sequência, porém, a Igreja Católica tomaria uma iniciativa mais concreta, levando “[...] a cabo una medida de distribución de tierras a los campesinos que trabajaban en sus predios, subdividiendo una gran hacienda que poseía en la diócesis de Talca. [...]” (Avenidaño, 2017, p. 226).

De acordo com Octavio Avenidaño (2017, p. 235), somadas, as outorgas de terra feitas pelo Executivo nacional entre novembro de 1962 – aprovação da *Ley de Reforma Agraria* – e novembro de 1964 – início da gestão de Eduardo Frei – chegaram a aproximadamente 27.000 hectares. Trata-se de uma cifra acanhada se considerarmos que, sozinhos, os bispos Raúl Silva Henríquez e Manuel Larraín “[...] repartieron unas 5.500 hectáreas de tierra (equivalentes a algo más del 10% de las tierras propiedad de la Iglesia chilena) pertenecientes a la diócesis de Santiago y Talca, a los campesinos que las trabajaban. [...]” (Nocera, 2015, p. 65).

Não há dúvidas de que a vitória dos rebeldes cubanos impactou toda a América Latina, seja no campo político-partidário em vários países ou, como mencionado, no âmbito da hierarquia católica que paulatinamente assumiu posições mais progressistas; todavia, antes mesmo do triunfo de Fidel Castro, transformações importantes estavam em curso na União Cívica uruguaia e, naturalmente, na Falange Nacional do Chile.

Esse deslocamento à esquerda revelava a emergência do chamado catolicismo radical, fenômeno que de alguma forma está na raiz dessas mudanças dentro da Igreja, mas que ultrapassava seus muros e atingia também o mundo leigo.

[...] *El surgimiento del catolicismo radical en Latinoamérica tuvo un efecto profundo en varios de los partidos democristianos de la región, incluyendo los de Chile, Uruguay, Argentina y Perú. En esos cuatro países, el surgimiento del catolicismo radical empujó a esos partidos a la izquierda. En Perú produjo un cisma dentro del partido [...]. En Argentina y Uruguay los democristianos izquierdistas lograron dominar sus partidos (Mainwaring e Scully, 2010, p. 85).*

No tocante ao Uruguai, já havia tempo a União Cívica abandonara sua postura de partido estritamente católico abrindo-se a demandas que modernizaram seu programa e estrutura. Ao longo dos anos 1930, sobretudo inspirados pelo pensamento de Jacques Maritain, os dirigentes da sigla passaram a apresentá-la como organização laica e independente da Igreja, isto é, receptiva à participação de não católicos, desde que aceitassem seus postulados (Pérez, 1987, p. 16).

Com o fim da II Guerra Mundial, o partido empunhou bandeiras que seriam depois compartilhadas por todo o movimento democrata-cristão no continente, como a precursora agenda da integração latino-americana. Bem assim,

[...] *la Unión Cívica pasaba lentamente de sus antiguas propuestas de contenido moralizante y moderadamente reformistas a propuestas de corte desarrollista, “cepalino”, bastante más radicales, bastante más profundas y en todo caso encuadradas en lo que empezaba a ser una consideración de la crisis como agotamiento de las estructuras económicas y sociales del país, no meramente como un fenómeno pasajero de desajuste de esas estructuras. [...] (Pérez, 1987, p. 18).*

Em síntese, a atualização dos postulados da União Cívica começou antes mesmo de sua transformação em PDC, mas, é claro, se completaria a partir da fundação desse novo partido. Para Romeo Pérez, a atualização ideológica dos democrata-cristãos uruguaiois, sobretudo sua assimilação do conceito de revolução, é devedora do que vinha acontecendo no Chile com a eleição de Eduardo Frei em 1964. A ideia de uma “Revolución en Libertad” lhes caía muito bem, tal como “[...] la teoría revolucionaria desarrollada desde una óptica cristiana por la revista ‘Mensaje’, publicada por los jesuitas chilenos, en el mismo periodo” (Pérez, 1987, p. 26).

⁷ Firmado em 16 de novembro de 1965 após a celebração de uma Missa nas Catacumbas de Domitila, na periferia de Roma, o pacto refletia o compromisso de um grupo de bispos, muitos dos quais latino-americanos, com um estilo de vida essencialmente pobre, renunciando à moradia, roupas e símbolos que transmitissem, mesmo que somente em aparência, um semblante de riqueza. “Con aquel Pacto, los obispos se comprometieron a caminar con los pobres, siendo no solo una Iglesia para los pobres, sino de los pobres, pues son ellos los que encarnan y realizan la más alta misión del Evangelio. Para lograr ese fin, los obispos decidieron asumir un estilo de vida sencillo, propio de los pobres, renunciando no solo a los símbolos de poder, sino al mismo poder externo, para retomar así [...] el primer impulso misionero de la Iglesia en el mundo actual (era el año 1965), marcado por la dura lucha económica y la opresión general de los pobres” (Pikaza e Silva, 2015, p. 17).

Jogo eleitoral e jogo de regime: os democrata-cristãos no Chile e no Uruguai

Os conceitos de *jogo eleitoral* e *jogo de regime* (Mainwaring, 2010, *passim*) são muito úteis ao compararmos a atuação da Democracia Cristã no Uruguai e no Chile. No *jogo eleitoral*, o objetivo precípua dos partidos é angariar adesão nas urnas e, conseqüentemente, postos eletivos. Nesse tipo de disputa – típica em democracias já consolidadas – estão envolvidas as diversas siglas legalmente qualificadas e habilitadas a lançar candidaturas. Desse modo, a competição se dá fundamentalmente entre os partidos políticos, os quais se reconhecem como jogadores legítimos que representam diferentes interesses e/ou estratos sociais.

Segundo Mainwaring, “[...] Cuando el juego electoral es el dominante, los partidos y los electores son los únicos participantes” (2010, p. 27). Ao contrário, no *jogo de regime*, agentes externos ao campo político-institucional podem exercer pressão sobre os partidos – por meios violentos ou não – e ainda vetar decisões respaldadas por eleições. Quando isso ocorre, o apoio eleitoral pode não ser a finalidade central dos jogadores, pois “[...] la conducta de los partidos se orienta no a la obtención de votos, sino a la conservación o al cambio del régimen político que ya existe. [...]” (2010, p. 27).

Dito de outra maneira, quando o próprio sistema democrático se encontra em perigo, sua manutenção pode ser mais importante do que votos e cargos, já que a conquista da legalidade – se não há democracia plena –, ou mesmo sua preservação – caso se encontre ameaçada –, precedem à concorrência política entendida de forma mais irrestrita. Assim,

[...] en los regímenes autoritarios o en las democracias en que la supervivencia del régimen está en juego, los líderes de los partidos juegan dos juegos importantes en vez de uno. No sólo compiten contra otros partidos para obtener votos y escaños, sino que también compiten contra fuerzas autoritarias para construir, conservar o restaurar la democracia. [...] (Mainwaring, 2010, p. 31).

Como pretendo demonstrar, o PDC chileno pôde, durante o mandato de Eduardo Frei (1964-1970), dedicar-se quase exclusivamente ao jogo eleitoral, posto que naquela conjuntura ainda não havia ameaças permanentes ou categóricas à democracia do país. Tendo em vista seu programa – a chamada “Revolução em liberdade” –, as lideranças do partido estavam absorvidas com as disputas

entre suas diferentes frações, o que por vezes dificultava o suporte da bancada pedecista ao governo (Huneus, 2018, p. 45-46). Em uma palavra, os democrata-cristãos não pareciam demasiadamente preocupados com uma possível ruptura institucional, mas antes com a coesão de suas fileiras, as quais apresentavam fissuras que em breve resultariam na saída de integrantes.

É certo que rumores sobre um virtual golpe de Estado circulavam pelos corredores do *La Moneda*, e ao que parece ganharam os ouvidos do presidente. Em meados de 1967, por exemplo, difundiu-se nos círculos da Marinha um texto incitando o motim das tropas; mais tarde, em 1969, houve o aquartelamento de uma unidade do Exército da capital, sugerindo que as Forças Armadas poderiam se tornar insubmissas. Não seria prudente minimizar a gravidade de tais eventos, porém, naquele contexto, essas advertências serviram menos como um ultimato ao sistema democrático do que um pretexto para Frei desacelerar ou mesmo interromper as reformas que estava realizando. De acordo com Jorge Magasich, “Este temor es un dato importante. La consecuencia práctica es que a partir de 1966 Frei usa la amenaza de golpe con inteligencia para frenar las reformas y derechozucar sus políticas. [...]” (2018, p. 37).

Para Ignacio Walker, a disputa entre os democrata-cristãos chilenos no final da década de 1960 se exprimia por meio de três correntes no seio do partido: os “oficialistas”, os “rebeldes” e os “terceiristas”, grupos que refletiam “[...] profundas diferencias ideológicas con respecto a la relación entre el cristianismo y el marxismo, así como los modelos de desarrollo asociados con una u otra línea de pensamiento. [...]” (Walker, 2010, p. 262).

Nesse meio-tempo, o ritmo lento das reformas implementadas pelo Executivo – bem como seu reduzido alcance social – deixaria uma relevante parcela da Democracia Cristã desapontada. Até então um partido funcional e consistente (Huneus, 2010, p. 181), o PDC não pôde evitar as dissidências que levariam à criação do *Movimiento de Acción Popular Unitario* – MAPU, em 1969, e da *Izquierda Cristiana*, em 1971, os quais, ao se constituírem, representavam as alas “rebelde” e “terceirista”, respectivamente.

Los “rebeldes” criticaron profundamente el desempeño del gobierno y en mayo de 1969 rompieron con los democratacristianos y crearon el MAPU, que después formó parte de Unidad Popular. En 1971, algunos miembros de la facción tercerista también abandonaron al PDC y crearon la Izquierda Cristiana, junto con los “rebeldes adultos” que renunciaron al MAPU. La Izquierda Cristiana también se unió al gobierno de Unidad Popular. [...] (Huneus, 2010, p. 198).

Na verdade, essas cisões à esquerda são o ápice de um processo de discussão que teve lugar naqueles anos, e não devem ser vistas como algo intempestivo, quer dizer, uma atitude súbita e irrefletida; ao contrário, cabe investigar não as rupturas em si, mas o debate prévio que levou a elas.

Em 1966, num documento para discussão interna do PDC⁸, é visível a tensão entre seus diferentes setores. O autor – ou autores – lamentava que a sigla tivesse passado por uma *mudança interna*, o que a teria afastado das premissas da Democracia Cristã. Conforme essa autocrítica, a fraternidade era só uma recordação, e “[...] Nuestro espíritu solidario ha dado paso al sectarismo de los grupos y al desprestigio sistemático de personas y planteamientos. [...]”, e acrescentava, “[...] Ya es casi imposible hablar, sin ser inmediatamente encasillado en definiciones y adjetivado con toda clase de epítetos.”⁹

A leitura desse texto revela a intensa luta pela hegemonia dentro da organização. Lembremos que naquele momento o presidente da República pertencia à Democracia Cristã, isto é, em certa medida, conduzir o partido poderia significar dirigir o país. Mas a quem cabia essa condução? Durante o mandato de Frei, nem sempre o mesmo grupo exerceu a supremacia na DC. Peter Winn lembra que,

[...] Em 1967, os elementos mais radicais assumiram brevemente o controle do partido e apresentaram seu programa alternativo de “socialismo comunitário”, uma mistura de humanismo e socialismo cristão que compartilhava a crítica ao capitalismo da esquerda marxista e suas soluções estatistas. Mas em 1968, Eduardo Frei e a Direita Democrática Cristã retomaram o controle do partido e rejeitaram essa postura “revolucionária” (Winn, 2010, p. 55).

Nessa queda de braço vinha à tona a questão da identidade democrata-cristã, ou melhor, passou-se a questionar a quem de direito pertencia essa credencial, se aos “antigos” membros ou à geração de militantes recém-chegados e com posturas mais radicais: “Por esta razón se hace ya indispensable el nacimiento de un vasto movimiento de recuperación del partido, para los auténticos Demócratas Cristianos. [...]”¹⁰

Desse modo, se de fato havia um impulso transformador, protagonizado sobretudo pelos setores jovens

e voluntariosos, existia igualmente grande resistência a tais mudanças, uma espécie de apego às raízes por parte daqueles que se julgavam *autênticos*, pois haviam fundado o PDC e, em certos casos, pertencido à Falange Nacional. Para esses últimos, “recuperar” o partido significava protegê-lo de oscilações, “[...] para que este siga siendo el mismo de siempre, con su doctrina, con su estilo y con su postura política propia.”¹¹

Note-se que o foco da controvérsia estava principalmente no interior do movimento, uma faina que consumia grande parte das energias de seus dirigentes. Tal como argumentava a velha guarda, era preciso definir os rumos e depurar os quadros do partido antes de qualquer outra coisa; por certo, um duelo intramuros. Como hipótese, considero que isso era possível em razão da ainda estável ordem política chilena, a qual permitia que as legendas lutassem tão somente para alcançar ou manter o poder – ou ainda em querelas internas, como o PDC –, não tendo que empenhar-se na defesa dos próprios marcos legais do sistema, que àquela altura não estavam em xeque ou sob risco iminente.

Os debates travados no campo da Democracia Cristã são reveladores nesse sentido. Nas correspondências trocadas entre lideranças partidárias, que embora não fossem “secretas” eram de circulação restrita, abordavam-se francamente os atritos entre o governo e o PDC. Numa carta de julho de 1967 que se encontra nos arquivos pessoais de Eduardo Frei – infelizmente sem a identificação de remetente e destinatário –, o missivista lamentava que “A pesar de lo que se ha realizado en estos dos años y medio, la Democracia Cristiana (Partido y Gobierno) enfrentan actualmente una situación compleja y confusa que es indispensable analizar porque aún hay tiempo para que sea rectificada.”¹² Pelo teor do escrito, a perda de prestígio junto ao eleitorado aparentava ser a maior preocupação:

Es un hecho que, a pesar del importante aumento de la tasa de crecimiento del ingreso nacional y en la participación correspondiente a los trabajadores, el Gobierno y el Partido han consumido parte apreciable de su capital de confianza pública. Somos menos que en 1964 o 1965, nuestra influencia de liderato psicológico sobre el país ha disminuido, la “mística” del militante no es ya la que era, y la identificación partido-gobierno se ha debilitado.¹³ (Grifo meu).

⁸ Partido Demócrata Cristiano. Una definición interna del P.D.C. Casa Museo Eduardo Frei Montalva. Carpeta 346. Presidencia. Documentos Partido Demócrata Cristiano. 1966.

⁹ Ibidem, p. 1.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² AL CABO de dos años y medio de gobierno... [Correspondência]. Jul. 1967, p. 1. 1 Carta. Casa Museo Eduardo Frei Montalva. Carpeta 330. Presidencia. Documentos Partido Demócrata Cristiano.

¹³ Ibidem.

Em outra correspondência, agora endereçada ao senador Rafael Gumucio, novo presidente nacional do PDC, o também senador Patricio Aylwin pregava que os democrata-cristãos deviam fidelidade à plataforma eleitoral que os havia levado ao poder, não podendo cobrar do governo ou mesmo forçá-lo a adotar medidas não aprovadas pelas urnas. É importante frisar que essa carta foi redigida em outubro de 1967, poucos meses após o grupo opositor capitaneado por Gumucio ter tomado as rédeas do partido (Huneeus, 2018, p. 59).

El presidente Frei fue elegido en función de un programa. Naturalmente, debemos ir adecuando el programa a las nuevas circunstancias; pero no podemos cambiar, a mitad del camino, el espíritu o la filosofía de ese programa, que constituye nuestro compromiso con Chile.¹⁴

Na sequência, Aylwin advertia sobre o perigo de acelerar o processo de transformações e colocar tudo a perder por “incompreensão da realidade”; no fundo, uma crítica aos “rebeldes” e “terceiristas” que ora integravam a mesa diretiva da organização. Segundo ele: “El cumplimiento de todo programa de construcción revolucionaria exige tiempo. Destruir es tarea rápida; construir es tarea necesariamente demorosa. [...]”¹⁵

Mais que uma censura, esse fragmento revela nas entrelinhas que os democrata-cristãos estavam seguros de seu futuro e, por consequência, confiavam na manutenção do sistema democrático. Ao pedir cautela aos correligionários e alegar que a “construção revolucionária” demandava tempo, o autor da carta deixava subentendido que existia um dever político para o grupo e suas bandeiras, inclusive a médio e longo prazos, o que pressupunha o funcionamento das instituições em sua normalidade.

Entendo que a dedicação do PDC chileno ao *jogo eleitoral*, assim como sua postura “despreocupada”, por assim dizer, explicam-se por duas condicionantes, uma interna e outra externa ao partido: a externa, como já adiantei, provinha da solidez de um sistema que até ali se mostrara duradoura, mesmo em face das não raras alternâncias de poder nas últimas décadas¹⁶.

A crença na estabilidade constituía um item central da cultura política no Chile, e os atores partidários, em sua maioria, compartilhavam dessa convicção. Na opinião de Alberto Aggio, a valorização da democracia era espe-

cialmente cara àquela sociedade, sendo fruto de um longo histórico de observância às regras institucionais.

[...] As operações políticas voltadas para a efetivação das alternativas apresentadas por todos os atores ainda continuavam a ter no regime democrático o seu principal seletor, isto é, o fator que aferia sua viabilidade. Assim, nesta conjuntura, até mesmo no interior da direita, prevalecia o caminho institucional como artifício operativo para impedir o acesso da esquerda ao governo. [...] (Aggio, 2002, p. 112).

Enquanto isso, internamente, prevalecia no movimento uma atitude que chamo de purismo ideológico democrata-cristão, espécie de *ethos* corporativo que alimentava a autoimagem de um círculo de indivíduos politicamente excepcionais e autossuficientes. Essa sorte de código não escrito levava o partido a uma postura por vezes intransigente, reforçando a ideia de que sua atuação era algo vocacionado, parte de uma missão com sentido quase apostólico. Como bem afirmou George Grayson em seu clássico trabalho sobre a Democracia Cristã no Chile: “Partido mesiánico, los demócrata cristianos siempre se han sentido incómodos cuando se han visto lanzados a la arena política de las negociaciones, compromisos, pactos y alianzas. [...]” (1968, p. 427).

A origem desse exclusivismo provavelmente remonta aos tempos da Falange Nacional, sigla que mais tarde daria origem ao PDC. Após as eleições de 1941, o fraco desempenho levou o grupo a investir ativamente na formação de militantes mais preparados política e ideologicamente. Assim, o resultado aquém do esperado não inclinou os falangistas ao pragmatismo eleitoral, quer dizer, eles não modificaram o discurso para obter mais votos; ao contrário, reafirmaram seus postulados instruindo melhores quadros para então conquistar apoio. Além disso, Cristian Gazmuri sugere que “[...] Algo hubo también de ‘volverse hacia adentro’ en esa actitud, muy propia por lo demás de los grupos que creen contar con un mensaje trascendente, pero que se sienten incomprendidos. [...]” (Gazmuri, 1996, p. 42).

Em resumo, de um lado havia um sistema político-partidário que inspirava segurança nos competidores, revelando-se flexível o bastante para acomodar diferentes – e às vezes antinômicas – alternativas de poder, desde

¹⁴ AYLWIN AZÓCAR, Patricio. [Correspondência]. Destinatário: Rafael Agustín Gumucio. Santiago, 10 out. 1967, p. 15. 1 carta. Casa Museo Eduardo Frei Montalva. Carpeta 330. Presidencia. Documentos Partido Demócrata Cristiano.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ O historiador Alberto Aggio lembra que a política chilena foi marcada por “reviravoltas” que distinguiram aquela experiência regionalmente: “[...] o Chile foi o único país da região a eleger um governo de Frente Popular, no final dos anos 30, resultado de uma aliança das esquerdas com o Partido Radical; viveu, entre 1952 e 1958, uma experiência de ‘populismo’ com o general Ibáñez e, com a vitória de Jorge Alessandri em 1958, o retorno da direita ao governo após vinte anos; foi também o primeiro país do continente a levar ao poder um presidente democrata-cristão, com a eleição de Eduardo Frei em 1964; e, em 1970, conheceu, também pioneiramente, a vitória da esquerda. [...]” (Aggio, 2002, p. 17).

que estabelecidas democraticamente, é claro. De outro, um Partido Democrata Cristão que parecia bastar-se a si mesmo, recalcitrante às composições e acordos e animado por um projeto que julgava, a bem dizer, elevado e redentor. Nesse cenário, ocupar-se do *jogo eleitoral* era mais que conveniente aos democrata-cristãos chilenos, eu diria obrigatório, pois nisso estava seu porvir.

Passando ao caso do Uruguai, a década de 1960 foi ali marcada por uma profunda crise de legitimidade das instituições. Em face da estagnação econômica persistente, somada à inépcia dos partidos – da situação e da oposição – em apresentar soluções concretas e viáveis, a política tradicional era cada vez menos atrativa ao eleitorado, o qual foi se alienando dos processos democráticos ordinários. Nessas circunstâncias, começou a ganhar corpo no país aquilo que o cientista político Luis Costa Bonino denominou como “movimentos antissistema”, isto é, atores não institucionais que de forma subjetiva, ou mesmo objetivamente, captavam a adesão da cidadania colocando em dúvida a relevância do elenco político corrente (Costa Bonino, 1985, p. 46).

Os sinais mais evidentes do desgaste da democracia uruguaia – até então um exemplo de estabilidade na região – foram, segundo a tese de Costa Bonino, o surgimento do *Movimiento de Liberación Nacional* (MLN-T), mais conhecido como Tupamaros, e, depois, a paulatina consolidação do projeto político militar que, sob o pretexto de combater a subversão, guiou uma sociedade atônita ao golpe de 1973.

Fatos contingenciais também incidiram nesse panorama desagregador. A inesperada morte do presidente Oscar Gestido, ocorrida no final de 1967, levou ao poder seu vice, Jorge Pacheco Areco, que após assumir o cargo iniciou uma escalada autoritária de repercussões inéditas. Entre seus primeiros atos decretou o fechamento de jornais, proscreeu grupos e partidos opositores – incluindo o Partido Socialista¹⁷ – e, em seguida, lançou mão daquela que seria uma marca indelével de sua conturbada gestão, as *Medidas prontas de seguridad*, expediente que sustava direitos legais e lhe dava amplas prerrogativas na guerra à sedição. Não à toa, ao escrever sobre o período, Selva López Chirico afirma que a luta antissubversiva de Pacheco Areco foi conduzida sob uma “verdadeira ditadura constitucional” (Chirico, 1985, p. 145).

O MLN-T, que desde meados da década de 1960 vinha efetuando ações armadas esporádicas e, salvo

exceção, sem grandes desdobramentos, deu um salto quantitativo e qualitativo, radicalizando seus métodos e partindo para o embate direito contra o *establishment*. Numa matéria intitulada “Trinta perguntas a um tupamaro”, publicada em julho de 1968 pela revista *Punto Final*, os guerrilheiros esclareciam no que eram diferentes das demais organizações de esquerda:

*A maioria destas últimas parecem confiar mais nos manifestos, na emissão de enunciados teóricos referentes à revolução para preparar militantes e condições revolucionárias, sem compreender que, fundamentalmente, as ações revolucionárias é que precipitam as situações revolucionárias.*¹⁸

Especialista na história dos Tupamaros, Clara Aldrighi (2001, p. 144-145) assinala que houve uma tenaz militarização no discurso e práticas da guerrilha, notadamente a partir de outubro de 1969, quando a cidade de Pando, próxima a Montevideú, foi tomada de assalto por dezenas de integrantes do MLN-T. Com tal façanha, é como se o grupo tivesse declarado guerra ao governo, e esse, por sua vez, o elevasse à categoria de *inimigo interno*, o que aconteceria formalmente um pouco depois. Nesse sentido, “[...] El empleo desde 1971 de las Fuerzas Armadas en la lucha antissubversiva, estuvo determinado por la convicción de que la actividad de la guerrilla no constituía un mero problema de orden público [...] sino que afectaba la seguridad de la nación” (Aldrighi, 2001, p. 145).

O incidente em Pando custou a vida de cinco pessoas, sendo três tupamaros, um policial e um civil¹⁹. Dada sua gravidade, o trágico fato não escapou às críticas da Democracia Cristã. Nas páginas de *Flecha*, órgão porta-voz do PDC, alertava-se quanto ao “desperdício de sangue” representado pelo enfrentamento entre os militantes e a repressão.

*¿Coraje? Sin duda. ¿Idealismo? Seguramente. Pero, ¿para qué? ¿Adónde lleva este juego de acciones y reacciones sino a un derroche de violencia y de sufrimiento sin futuro? ¿Están realmente cerrados otros caminos para la construcción de las transformaciones salvadoras? ¿Qué espejismos y preconcepciones, orientan en ese sentido el estallido de los idealismos desesperados?*²⁰ (Grifo meu).

¹⁷ FAGÚNDEZ RAMOS, C; MACHADO FERRER, M. *Los años duros: Cronología documentada (1964-1973)*. Montevideo, Monte Sexto, 1987, p. 49.

¹⁸ Trinta perguntas a um tupamaro. In: LÖWY, M. (org.). *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 315. Publicado originalmente em 1968 pela revista *Punto Final* do Chile.

¹⁹ 8 de outubro de 1969: “Un comando del MLN copa virtualmente la ciudad de Pando por espacio de media hora, apoderándose de la comisaría, el cuartel de bomberos y la central telefónica; asalta a cuatro bancos y emite una proclama. [...]” FAGÚNDEZ RAMOS, C; MACHADO FERRER, M. *Los años duros*, op. cit., p. 96.

²⁰ Derroche de sangre. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 13 out. 1969.

O acontecido gerou grande comoção numa sociedade em que, até há pouco, a violência política era considerada um fenômeno estranho e distante. Argutos observadores, os democrata-cristãos reconheciam no episódio o sintoma de algo mais profundo, e que celeremente transformava a cultura democrática do país: “Por ahora dejamos el testimonio de nuestra angustia, que no es solo por el sufrimiento, sino por constatar la profundidad de la desorientación y el desconcierto con que el Uruguay se revuelve en su crisis.”²¹

É preciso esclarecer que o temor do partido ante a gravidade da situação não surgiu aí, mas cerca de um ano antes. Em 13 de junho de 1968, em meio a protestos e greves, o governo recorreu às *Medidas prontas de seguridad* atingindo duramente os movimentos estudantil e operário. Passados dez dias da implantação dessas medidas, Juan Pablo Terra, presidente do *Partido Demócrata Cristiano*, fez um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão condenando o autoritarismo do chefe do Executivo²². Na mesma ocasião, convocou todos os opositores de Jorge Pacheco Areco a se unirem naquilo que chamou de “solução frentista”, isto é, algum tipo de acerto entre os setores democráticos e progressistas com vistas a resistir à truculência do *pachecato*. Como possibilidade, ficava latente que esse movimento poderia se converter numa terceira força política, situando-se como alternativa ao longo e peculiar bipartidarismo uruguaio²³.

Numa descrição um tanto sumária, o arranjo de poder no pequeno país orbitava ao redor de dois partidos majoritários, o Colorado e o Nacional (Blanco), cujas votações reunidas atingiam comumente 90% dos sufrágios. Essas legendas, surgidas no imediato pós-independência, se confundiam com a história do Uruguai e reclamavam-se herdeiras dessa tradição. Formavam autênticas famílias políticas e agregavam uma base de apoio extremamente identificada com seus símbolos e legado (Caetano e Rilla, 1991, p. 10; Sotelo Rico, 1999, p. 138). Os partidos minoritários, por sua vez, raramente ultrapassavam 10% dos votantes inscritos, restando-lhes como meta a ampliação desse reduzido, mas fiel eleitorado, e o aumento de sua representação legislativa.

Voltando à convocatória da Democracia Cristã, cumpre dizer que a mensagem de Terra acabou dando início às longas e complexas negociações que levaram à criação da Frente Ampla no início de 1971. Essa aliança – por sinal mais abrangente que a Unidade Popular (UP) chilena – incluía comunistas, socialistas, democrata-cristãos e desprendimentos de blancos e colorados. Vale

destacar, a aparição da FA ameaçava pela primeira vez a secular estrutura daquele velho sistema bipartidarista.

A bem da verdade, uma eventual coalizão política já era debatida pelos partidos Comunista e Socialista desde pelo menos 1955, ou seja, essa pauta não chegava a ser uma novidade. Contudo, o precedente das relações entre PCU e PS era cheio de atritos, e as tentativas de aproximação, em geral feitas pelos comunistas, quase sempre encontravam a resistência do socialismo, que por razões diversas se negou aos acordos propostos nas eleições de 1962 e de 1966 (Ferreira, 2013, p. 94). Desta vez, porém, o chamamento unitário vinha do PDC, organização alheia às disputas e polêmicas dos círculos marxistas, e que atuou como o fiel da balança ao estimular forças recalcitrantes e heterogêneas a se sentarem à mesa de negociação.

Acredito que o apelo de Juan Pablo Terra à construção de uma frente opositora foi um divisor de águas na história recente da democracia no Uruguai, pois sinaliza o momento em que a disputa por votos deixou de ser o objetivo exclusivo de vários partidos. A partir daí, para diferentes siglas, tornou-se urgente empenhar-se não somente em um, mas dois jogos políticos simultâneos, o *jogo eleitoral* e o *jogo de regime* (Mainwaring, 2010, p. 31).

Até aquele instante, de modo genérico, a experiência concreta dos partidos minoritários havia sido trabalhar visando ao próximo escrutínio. Por isso mesmo, em 1962, quando viu frustrada sua proposta de unidade devido à recusa dos socialistas, o PCU afirmou que no *dia seguinte às eleições* convidaria novamente o outro partido para integrarem juntos uma fórmula²⁴; em outras palavras, sempre figuravam no horizonte uma disputa vindoura e a possibilidade de efetivar acordos para o amanhã.

Esse quadro muda radicalmente com o acionar da guerrilha urbana e a posterior ascensão de Pacheco Areco à presidência, e o clamor público do PDC traduz essa inflexão. Se antes tratava-se de conquistar o campo político, pouco a pouco a preocupação central – das esquerdas e de algumas alas dos partidos majoritários – passou a ser a própria manutenção desse campo; quer dizer, surgiu um consenso, tácito em princípio e depois mais explícito, de que o espaço de disputas tal qual se conhecia estava ele mesmo em risco. É nesse ponto que diálogos antes impensáveis ou improváveis, como, por exemplo, entre democrata-cristãos e marxistas, tornaram-se reais.

Dali em diante a Democracia Cristã dividiu esforços entre viabilizar a frente opositora e, paralelamente,

²¹ Ibidem.

²² TERRA, Juan Pablo. El P.D.C y las raíces del Frente. *Cuadernos de Marcha*. Cristianos y marxistas, Frente Amplio, Montevideo, n. 47, marzo 1971, p. 14.

²³ Existe um denso debate acadêmico a respeito da natureza do sistema partidário uruguaio. Essa literatura abarca diferentes opiniões sobre a existência ou não de um bipartidarismo no país. No conjunto das interpretações, há aquelas que defendem ou negam a existência do fenômeno, até posições intermediárias que o relativizam (Caetano et al., 1987; Errandonea, 1994; Solari, 1988).

²⁴ La unidad se pone en marcha. *El Popular*, Montevideo, p. 3, 4 jul. 1962.

usar do espaço institucional que ainda possuía – através de seus parlamentares ou da imprensa – para denunciar o estado de coisas que piorava a olhos vistos. Sintomaticamente, durante os seis primeiros meses de 1970 *Flecha* não deu espaço à questão da aliança partidária almejada pelo PDC. Neste interregno, a maioria das notas e matérias refletia as violações à Constituição e a política arbitrária do governo, e foi só num editorial de 27 de julho, intitulado *Ainda esperamos una conjunción de fuerzas*²⁵, que o grupo voltou a se ocupar desse assunto nas colunas do jornal.

A temática arrefeceu, mas não de todo, pois no começo do segundo semestre os democrata-cristãos continuavam sondando possíveis aliados para as futuras eleições. Apostavam, dentro dos marcos democráticos, em criar uma alternativa tanto ao pachequismo quanto aos Tupamaros, utilizando-se para isso dos próprios partidos existentes, instituições que, embora em crise, mantinham-se como elementos constitutivos da cultura política uruguaia. Como afirmava Juan Pablo Terra, “El Uruguay, con la estructura política que tiene, está enfrentando a un dilema entre despotismo y anarquía. Hay que reconstruir el país desde los partidos políticos, es decir, desde donde el sistema se apoya en la voluntad popular.”²⁶

O pleno respeito ao ordenamento legal, bem como seu desacordo com os métodos da guerrilha, levaram a bancada do PDC a apoiar um pedido de *facultades especiales* feito pelo Executivo em meio a uma grande ofensiva do MLN-T²⁷. A solicitação visava suprimir *garantias individuales* para dar celeridade às investigações de uma série de sequestros – com destaque para o caso de Dan Mitrone, agente norte-americano capturado e depois morto por um comando tupamaro. No entanto, o voto favorável da Democracia Cristã foi acompanhado de duras críticas ao presidente, o qual pedia autorização para algo que na verdade já vinha fazendo há dois anos com suas *Medidas de Seguridad*.²⁸

Penso que o partido atendeu o governo naquela circunstância tentando ser coerente com seus postulados, pois logicamente era contrário aos sequestros e à luta armada. Ante o requerimento para a suspensão de direitos por sessenta dias, ofereceu somente dez, mas foi vencido em sua proposição. No cálculo do PDC, caso os seus legisladores, os colorados e blancos progressistas e ainda

os representantes da esquerda votassem unidos, as concessões poderiam ter sido bem mais restritas, mas a falta de articulação concedera a Pacheco Areco prerrogativas quase absolutas. “[...] Hicimos lo que pudimos, y podría haber triunfado una autorización mucho más limitada. No fue por nuestra culpa, sino por la incontrolable dispersión de la oposición que tanto hemos lamentado.”²⁹

Em julho, ao declarar que ainda esperava uma *conjunción de fuerzas*, Terra deixava claro que seu partido seguia confiando na convergência de toda a oposição para as próximas eleições³⁰. Menos de um mês após essa declaração, *Flecha* publicou um pequeno informe que indicava o avanço das conversações sobre a unidade; a *espera* da Democracia Cristã parecia estar terminando³¹.

De fato, os acordos mais importantes para o estabelecimento da Frente Ampla aconteceram até o final daquele ano, e o empenho dos democrata-cristãos foi fundamental para o sucesso das negociações. Os dirigentes do PDC, como mencionei em outra parte, atuaram como fiadores políticos convencendo frações dissidentes dos partidos Blanco e Colorado a aderirem à nova organização. Ao mesmo tempo, foram mediadores da chamada *unidade sem exclusões*, o que favoreceu a presença do comunismo na FA, lembrando que a incorporação do PCU foi um dos pontos mais polêmicos discutidos pelos interessados naquele pacto.

A Democracia Cristã, essencialmente na pessoa de Juan Pablo Terra, atuou como avalista na aproximação do PCU com as cisões dos partidos majoritários. Conquanto resistisse a um ajuste bilateral entre os comunistas e o seu pessoal, Terra não interrompeu os diálogos, condicionando a admissão do grupo marxista à entrada de blancos e colorados nas tratativas, o que ampliaria o alcance político da coligação caso ela se concretizasse. No mais, os democrata-cristãos foram mediadores equidistantes entre o Partido Comunista e o Socialista, sem esquecer que o PS estava na ilegalidade e vivia uma das piores fases de sua trajetória.

Conforme a intrincada legislação eleitoral uruguaia – então conhecida como *Ley de Lemas* –, apenas um *lema permanente*, isto é, uma sigla que tivesse participado do último pleito, poderia abrir seu registro a outros partidos para fins de acumulação de votos³². Visto que a Frente Ampla era um *lema accidental*, quer dizer, recém-criado, e

²⁵ Esperamos aun una conjunción de fuerzas... *Flecha*, Montevideo, p. 3, 27 jul. 1970.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ 8 de agosto de 1970. “La Asamblea General concede autorización para suspender las garantías individuales. A raíz de esto se realizaron allanamientos de locales políticos, sindicales y universitarios.” FAGÜNDEZ RAMOS, C.; MACHADO FERRER, M. *Los años duros*, op. cit., p. 109.

²⁸ La posición del partido. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 4 e 5, 17 ago. 1970.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Esperamos aun una conjunción de fuerzas..., op. cit.

³¹ El frente opositor. *Flecha*, Montevideo, p. 1, 17 ago. 1970.

³² A legislação eleitoral no Uruguai foi elaborada e por vezes modificada por uma elite política dos partidos Colorado e Nacional. Por isso mesmo, visava contemplar as necessidades de ambos os partidos, além de dificultar ou mesmo impedir o surgimento de uma terceira força política capaz de ameaçar o bipartidarismo no país. Em um estudo sobre a Lei de Lemas publicado no início dos anos 1970, o jurista Alberto Pérez Pérez comentava o Artigo 79 da Constituição de 1952: “[...] Acumulación limitada a los lemas permanentes. – Salvo el caso excepcional de la acumulación de lemas con tronco común (pensada para el Partido Nacional y el Partido Nacional Independiente, aunque podía también beneficiar al Socialismo y el Comunismo, y nunca usada en la práctica), el artículo 79 consagraba un privilegio para los lemas permanentes [...]” (Pérez Pérez, 1971, p. 42).

que, portanto, só poderia constar das cédulas de votação informalmente, era obrigatório evocar de uma fórmula legalmente viável e politicamente exequível.

Aquela altura, PDC e PCU³³ eram os únicos com legendas habilitadas a abrigar os demais partícipes da aliança, entretanto, objetava-se que as insígnias comunistas afugentariam eleitores de perfil mais conservador. Ato contínuo, os democrata-cristãos ofereceram seu lema para viabilizar o movimento, e foi exatamente o que aconteceu: com efeito, quando estreou na política, a FA não passava de um nome fantasia, já que comunistas, socialistas, desprendimentos de blancos e colorados, além dos independentes, inscreveram-se e foram às urnas como *sublemas* do Partido Democrata Cristão, cuja sigla encaçava as listas eleitorais.

Como pude mostrar, a conduta diligente do PDC, desde seu chamado à unidade em meados de 1968 até a constituição da Frente Ampla em fevereiro de 1971, sugere um partido que, sem abandonar a luta pela adesão de novos votantes ou a busca de espaço através de postos eletivos, aferrou-se ao *jogo de regime* ao dar-se conta de que sua sobrevivência como partido dependia, é obvio, do pleno funcionamento das instituições democráticas. A união de forças que eventualmente não advogavam os mesmos princípios, mas assumiram como objetivo defender um campo político diuturnamente atacado, encorajou diferentes atores partidários a se associarem naquilo em que coincidiam – ou mesmo a criar essas coincidências – chegando a um mínimo denominador comum, as bases programáticas da FA³⁴.

Preliminarmente, os indícios na documentação consultada assinalam que a Democracia Cristã respondeu a desafios comuns aos dois campos de observação no período estudado. De forma síncrona, mas desigual, Chile e Uruguai viveram a radicalização política e ideológica característica daqueles anos, a qual, aliás, perpassava toda a América Latina. Não obstante, ao defrontarmos essas experiências, entendo que os democrata-cristãos chilenos conheceram uma polarização que, *grosso modo*, se manifestava mais criticamente dentro de sua estrutura de quadros do que fora dela; melhor dizendo, em alguns momentos a instabilidade parecia mais efetiva no interior da organização que no sistema político-partidário, o qual seguia operando, insisto, sob resiliente conformidade.

Em 1964, Eduardo Frei chegou ao poder com uma irrefutável vitória em primeiro turno. O sucesso se repetiu nas eleições parlamentares do ano seguinte,

quando o PDC alcançou algo inédito: obteve 82 dos 147 assentos da Câmara dos Deputados, o que lhe dava segura maioria nessa casa legislativa; de igual modo, aumentou sua presença no Senado de 12 para 21 representantes³⁵. Doravante, como não houvesse dificuldades ou obstruções potenciais à governabilidade, acredito que as lideranças do grupo permitiram-se concentrar quase inteiramente no *jogo eleitoral* e, é claro, apoiar os planos e metas do Executivo, desafio sempre mais complexo na medida em que os conflitos intrapartidários se avolumavam e a disputa pela condução da sigla crescia.

Numa síntese explicativa que será melhor desenvolvida a seguir, eu diria que o PDC uruguaio foi um partido satisfatoriamente coeso, o qual atuou num ambiente institucional cada vez mais incerto e vulnerável, contingência que o impelia ao *jogo de regime*. Inversamente, no Chile, a reprodução das rotinas democráticas era tida como certa pelos dirigentes pedecistas, justificando sua aposta estratégica no *jogo eleitoral*; nesse caso, porém, a tensão brotava das próprias fileiras da Democracia Cristã, perturbando sua unidade interna e arriscando a consumação de seu projeto maior, a *Revolución en libertad*.

Uma teorização possível

De acordo com um dos mais influentes difusores da *teoria da escolha racional*, o economista Anthony Downs, “Um partido é uma equipe de indivíduos que procuram controlar o aparato de governo através da obtenção de cargo numa eleição. Sua função na divisão do trabalho é formular e executar políticas governamentais sempre que conseguir chegar ao poder. [...]” (Downs, 1999, p. 56) Ainda para ele, uma vez que os partidos são formados por pessoas com interesses individuais e específicos, benefícios tais como *renda, prestígio e poder* também devem ser considerados como motores da lide política. Todavia,

Já que nenhum dos complementos do cargo pode ser obtido sem que seja eleito, a principal meta de todo partido é ganhar as eleições. Assim, todas as suas ações visam a maximização dos votos e ele trata as políticas simplesmente como meio para alcançar esse fim (1999, p. 56, grifo meu).

Na apresentação da edição brasileira de *An economic theory of democracy*, de Anthony Downs, Fábio Wanderley

³³ Na verdade, desde as eleições de 1962 o PCU vinha votando sob a sigla da FideL (Frente Izquierda de Liberación), coalizão de esquerda criada e dirigida pelo partido.

³⁴ Bases programáticas. In: AGUIRRE BAYLEY, M. *El Frente Amplio: Historia y documentos*. Montevideo, EBO, 1985, p. 89-95.

³⁵ “O sistema partidário chileno apresentava diversas características incomuns. A competição eleitoral era intensa, e fora dos 42,3% e 35,6% de votos que o PDC obteve nas eleições parlamentares de 1965 e nas eleições municipais de 1967, nenhum partido conseguiu mais de 30% dos votos populares em nenhuma eleição realizada sob o amparo da constituição de 1925” (Angell, 2015, p. 865).

Reis lembra que “[...] O que distingue a abordagem desse autor é o esforço de tratar os problemas da política com a perspectiva e o instrumental próprio da economia como disciplina [...]” (1999, p. 12), o que é feito buscando-se a positividade do objeto em questão ao se partir da premissa geral de que os agentes são racionais em suas escolhas.

Discutindo os modelos interpretativos inspirados por Downs (1999), isto é, aqueles que consideram a atuação dos partidos unicamente em face de um *mercado eleitoral*, Scott Mainwaring argumenta – em sentido contrário – que essas organizações podem ter como propósito não somente obter votos ou cargos, mas influenciar o sistema político atuando de outras maneiras, inclusive à custa do apoio nas urnas.

[...] *En particular, acepto la utilidad del punto de vista de Downs de que el objetivo supremo de la mayoría de los partidos en las democracias bien establecidas (“consolidadas”) es ganar escaños. Los contextos de regímenes autoritarios con elecciones competitivas o democracias frágiles, sin embargo, a menudo cambian de manera impresionante los objetivos y las estrategias de los partidos para alcanzar esos objetivos. [...]* (2010, p. 27).

Em boa medida, a abordagem de Mainwaring se aproxima das reflexões de Pierre Bourdieu acerca do funcionamento interno dos campos – político, filosófico, religioso etc. Para o sociólogo francês, na disputa pelo domínio do campo os vários agentes podem discordar sobre quase tudo, menos quanto àquilo que chama de *doxa*, isto é, a parte não evidente do discurso que jaz nas posturas *ortodoxas* e *heterodoxas*. Bem assim, a *doxa* é o interesse implícito compartilhado tanto pelos que têm posição dominante, e, portanto, tendem a *estratégias de conservação*, quanto por aqueles inclinados a posturas mais *heréticas* e transformadoras. Dessa forma, “[...] todas as pessoas que estão engajadas em um campo têm em comum um certo número de interesses fundamentais, a saber, tudo o que está ligado à própria existência do campo: daí uma cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos. [...]” (Bourdieu, 2019, p. 111).

Considerando o escopo deste artigo, proponho que o conceito de *campo* notabilizado por Bourdieu vá ao encontro – de certo modo espontaneamente – da ideia de *jogo* empregada por Mainwaring. Se entendemos por campo o espaço simbólico no qual se compete pelo poder, e jogo como a competição em si, caracterizada pelos lances e contralances dos oponentes, temos subsumidas

na metáfora do *campo de jogo* todas as regras – ditas e não ditas – aceitas pelos agentes/jogadores, e aquilo pelo que se dispõem a lutar.

No universo partidário, a *doxa* subentende o interesse dissimulado dos jogadores na preservação dos fundamentos do campo que dividem uns com os outros, mesmo que ocupem lugares antagônicos numa dada topografia político-ideológica. Em outras palavras, o jogo pressupõe a salvaguarda do campo, sem o qual não pode existir. Por isso,

[...] *Esta solidaridad de todos os iniciados, ligados entre si pela mesma adesão fundamental aos jogos e às coisas que estão em jogo, pelo mesmo respeito (obsequium) do próprio jogo e das leis não escritas que o definem, pelo mesmo investimento fundamental no jogo de que eles têm o monopólio e que precisam de perpetuar para assegurar a rentabilidade dos seus investimentos, não se manifesta nunca de modo tão claro como quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal* (Bourdieu, 2002, p. 173).

Como exemplo da *solidariedade* mencionada por Bourdieu, os democrata-cristãos uruguaios, quando ainda negociavam os termos de constituição da Frente Ampla, colocaram em segundo plano a realização de seu *ideal comunitário*, meta última do partido, e voltaram-se ao que lhes parecia mais urgente: a frágil situação da democracia no país. Numa entrevista de outubro de 1970, Juan Pablo Terra externava a gravidade daquele momento:

[...] *Parece fácil la tarea de formular un programa, con la condición de que no nos atengamos demasiado a los detalles y a que sean programas a mediano plazo, ya que a largo plazo cada uno puede tener aspiraciones propias acerca de la sociedad futura. El plan y el acuerdo servirán para enfrentar la crisis y superar los problemas que – en caso contrario – abogarán al país en los próximos años*³⁶ (Grifo meu).

Naquele ínterim, os líderes da Democracia Cristã viram os jogos *eleitoral* e de *regime* se entrelaçarem desafiadoramente, exigindo um pragmatismo que os incitou a dialogar com organizações que, receando os mesmos perigos, também se comprometeram com o *duplo jogo*. Como defende Scott Mainwaring, a existência de forças extrapartidárias numa determinada conjuntura e sistema constrange os partidos a lidarem com mais variáveis do que de costume:

³⁶ Juan Pablo Terra habla del frente: crisis, dictadura y respuesta popular. Marcha, Montevideo, p. 13 e 24, 16 out. 1970.

Los dobles juegos implican la existencia de una gama de jugadores más numerosos que la encontrada cuando el juego electoral es el único juego. En las democracias bien establecidas los participantes en el juego electoral son los partidos (o candidatos) y los votantes. En los dobles juegos los partidos siguen una estrategia formada no solo en relación con otros partidos que compiten o con los electores, sino además con otros actores autoritarios: por ejemplo, los militares o el régimen de partido del Estado (Mainwaring, 2010, p. 31, grifo meu).

O cenário hipotético acima descrito guarda muitas semelhanças com o Uruguai de Jorge Pacheco Areco. O decidido avanço dos movimentos sindical e estudantil no enfrentamento ao governo, somado à radicalização dos Tupamaros, deslocaram os militares para o centro da esfera pública. A repressão às atividades subversivas, antes tratada como questão de polícia, se converteu gradualmente num tema de segurança nacional, logo, atributo dos profissionais da guerra. Ademais, num projeto de signo claramente autoritário, o presidente da República acenou ao Estado-Maior com uma *política laudatória* repleta de homenagens e manifestações de apreço, participação em cerimônias castrenses, inspeção de tropas e coisas do gênero. Durante seu mandato, o orçamento da Defesa ultrapassaria pela primeira vez as verbas destinadas à Educação; de resto, promoveu a valorização do setor com aumentos salariais e outros afagos não menos evidentes (Chirico, 1985, p. 158). Incensadas pelo chefe do Executivo, as Forças Armadas ampliavam aos poucos seu protagonismo.

Mas o envolvimento do oficialato em assuntos civis não foi estimulado apenas por Pacheco Areco e suas investidas nos quartéis. Contraditoriamente, todo o elenco partidário parecia buscar na caserna algum tipo de garantia contra futuras crises institucionais. Para Selva López Chirico, a politização dos militares os transformava numa espécie de guarda pretoriana cujo papel era endossar os resultados eleitorais, independentemente do vencedor: “A la política laudatoria por parte del poder político, corresponde una ‘pretorianización’ de las FFAA; es decir, la cooptación de sectores de la cúpula militar por parte de las fracciones políticas en pugna en el medio político civil. [...]” (1985, p. 161).

É essencial lembrar que a Constituição de 1967 vetava expressamente a participação de militares da ativa em disputas políticas formais, direta ou indiretamente³⁷. Isso posto, restava aos partidos cortejar oficiais já inte-

grados à reserva e, portanto, liberados do impedimento constitucional. Feito esse recrutamento, os que contassem com mais patentes e medalhas em seu apoio poderiam, caso triunfassem nas urnas, dissuadir os derrotados de ocasionais arroubos intervencionistas (Chirico, 1985, p. 161-162). Não por casualidade, Oscar Gestido, alçado à presidência pelo Partido Colorado em 1966, era general reformado. Nas eleições de 1971, os colorados voltaram a ter um egresso do Exército entre seus candidatos, o Gen. Juan Pedro Ribas, enquanto uma das chapas do Partido Nacional foi encabeçada por outro membro do generalato, o anticomunista Mario Aguerrondo. As esquerdas, por seu turno, ao escolherem o postulante da Frente Ampla, lançaram o nome do Gen. Liber Seregni, figura ligada ao coloradismo e que havia recém deixado o serviço como comandante da Região Militar nº 1, sediada em Montevideu.

Embora crescentemente conflituoso, o sistema político uruguaio seguia amparando-se em eleições livres e regulares, fonte de sua legitimidade até ali. No entanto, a paulatina irrupção das Forças Armadas como polo dinâmico de poder fez diferentes siglas buscarem interlocução com os militares, então elevados à condição de garantidores externos de um conjunto institucional que perdera os meios de se autossustentar. Esse é um caso paradigmático, pois evidencia como demandas próprias do *jogo de regime* se sobrepõem ao *jogo eleitoral*.

Devemos voltar ao Chile recordando que, naquele instante, o *jogo eleitoral* continuava orientando as estratégias da Democracia Cristã, muito embora setores de extrema-esquerda ganhassem cada vez mais relevância com ações de propaganda revolucionária. Para sermos precisos, os anos finais da gestão de Eduardo Frei marcaram o amadurecimento e expansão do MIR como grupo armado (Goicovic, 2016, p. 39-40); contudo, a guerrilha só conheceria o auge de seu poder de fogo e influência política durante o governo da Unidade Popular (1970-1973), quando os miristas se tornaram efetivamente um elemento de desestabilização.

Indicado pelo PDC à corrida presidencial de 1970, Radomiro Tomic conseguiu um decepcionante terceiro lugar, interrompendo assim a experiência democrata-cristã no controle do Executivo. O candidato da UP, Salvador Allende, foi o primeiro colocado, seguido de muito

perto por Jorge Alessandri, representante do bloco de direita³⁸. A legislação chilena determinava que se a maioria absoluta dos votos não fosse atingida por nenhum dos aspirantes, o Congresso Nacional deveria,

³⁷ Sección III, Capítulo II, Artículo 77, § 4º. URUGUAY. Constitución (1967). *Constitución de la República Oriental del Uruguay*. Montevideo, Poder Legislativo, 1967. Disponível em: <https://parlamento.gub.uy/documentosyleyes/constitucion>. Acesso em: 22/09/2021.

³⁸ Allende conquistou 36,2% dos votos, isto é, a primeira maioria relativa; seguido por Alessandri com 34,9% e Tomic, o terceiro colocado, com 27,8% dos sufrágios (Angell, 2015, p. 883-884).

em segundo turno, eleger entre a primeira e a segunda maiorias relativas, neste caso, as candidaturas de Allende e Alessandri; o impasse estava criado.

A vitória da Unidade Popular gerou uma reação colérica nas classes dominantes do país, levando todo o campo político a um estiramento próximo de seu limite. Clandestinamente, e com o apoio do serviço secreto dos EUA, grupos radicais tentaram impedir a posse da esquerda disseminando o caos com atentados e sequestros; uma verdadeira campanha de terror (Angell, 2015, p. 884). Cogitaram-se inclusive manobras teoricamente legais, como revela Peter Winn: numa das alternativas, “[...] os democrata-cristãos seriam convencidos a votar em Alessandri, que então renunciaria e apoiaria Eduardo Frei em uma nova eleição [...]”; noutro panorama, “[...] o ainda presidente Frei dispensaria seu gabinete civil, formaria um gabinete militar, indicaria um presidente interino e deixaria o país sob controle militar [...]” (Winn, 2010, p. 71).

Como sabemos, a bancada pedecista respeitou o escrutínio de 4 de setembro e a escolha da maioria, e no dia 24 de outubro garantiu a diplomação de Salvador Allende como presidente. O apoio do PDC, caso fosse direcionado a Jorge Alessandri, poderia bloquear legalmente o acesso da Unidade Popular ao poder, mas a legenda preferiu confirmar o resultado eleitoral. Esse voto de confiança, entretanto, foi negociado com as forças de esquerda, das quais se exigiu uma série de compromissos constitucionais, prova de que os democrata-cristãos seguiam confiando na manutenção da ordem política, mesmo que setores do partido temessem algum tipo de ruptura vinda de um governo dominado por marxistas.

[...] La Democracia Cristiana, siguiendo una tradición cívica siempre respetada, decidió apoyar Allende, ganador en las urnas, condicionando sus votos a la aceptación por parte de éste de un Estatuto de Garantías Democráticas que se incorporaría al texto constitucional. Frei habló personalmente, varias veces, del asunto con Allende. Se pretendía con el Estatuto mantener el pluralismo político, las garantías constitucionales, la vigencia del Estado de derecho, la neutralidad de las Fuerzas Armadas y su carácter de garantía de convivencia democrática, el respeto a la libertad de enseñanza, a la autonomía universitaria y a la libre existencia de las organizaciones gremiales y sindicales (Gazmuri, 1996, p. 106, grifo meu).

O sociólogo Tomás Moulian adverte que o acordo entre a Democracia Cristã e a UP foi pontual, não implicando colaboração parlamentar a longo prazo; ainda assim, assegurou a vontade da maior parte dos chilenos que havia manifestado nas urnas sua preferência por Allende. Em

resumo, apesar das inúmeras tentativas de sabotagem, dentro e fora da lei, “El sistema político demostró su alta capacidad de resolución de conflictos. [...]” (Moulian, 2006, p. 239). Após a vitória da direita com Alessandri em 1958, e do centro em 1964 com Eduardo Frei, chegava a vez da esquerda liderar o país, o que só foi possível com a chancela dos democrata-cristãos.

Ao contrário dos partidos no Uruguai, os quais já vinham buscando nas Forças Armadas uma espécie de anuência para sua atuação, ou seja, praticavam o *jogo de regime* paralelamente ao *jogo eleitoral*, o PDC chileno ainda encontrava condições para o exercício da política sem constrangimentos extrínsecos ao campo partidário: “[...] Si bien hubo altos oficiales coludidos con el intento de impedir que Allende llegara a presidente esa conducta no generaba un acuerdo amplio. En ese momento las instituciones castrenses estaban en su mayoría por un comportamiento constitucional. [...]” (Moulian, 2006, p. 239).

Conclusão

Quando comparamos a trajetória da Democracia Cristã no Chile e no Uruguai, encontramos partidos com origens bastante similares. Surgidos como fusão ou reorganização de tradicionais legendas de procedência católica, integraram um movimento que renovou essa corrente na América Latina. Em âmbito supranacional, testemunharam a radicalização típica da Guerra Fria no subcontinente, com a irrupção de guerrilhas rurais e urbanas e de golpes militares em vários países. Do ponto de vista ideológico, possuíam as mesmas raízes doutrinárias e se projetavam como alternativas ao capitalismo e ao socialismo, isto é, apresentavam-se como uma terceira via.

Em contrapartida, a despeito dessas semelhanças, ambas as legendas deviam reagir a estímulos e se posicionar ante circunstâncias agudamente locais, as quais eram muito diferentes num dado período; isso as levou a adotar posturas que podiam ser intransigentes ou, por outro lado, mais pragmáticas, a depender do caso.

Elegendo o presidente da República em 1964, os democrata-cristãos chilenos tinham em vista a conservação do poder e, na medida do possível, implementar sua *Revolução em liberdade* por meio de reformas de cunho econômico e social. Durante o mandato de Eduardo Frei, a sigla se ocupou cada vez mais com disputas entre suas diferentes alas, sendo a unidade interna motivo de constante preocupação de dirigentes e militância.

No Uruguai, o PDC era uma força minoritária e oposicionista, a qual deveria, num plano ideal, dedicar-se exclusivamente – ou preferencialmente – à ampliação de seu eleitorado. Não obstante, a crise de legitimidade do sistema partidário, cujos sinais mais patentes foram

o surgimento dos Tupamaros e a politização das Forças Armadas, reorientou as prioridades do grupo. Como argumenta Scott Mainwaring, em certos contextos, a preservação da legalidade pode exceder em importância eventuais ganhos objetivos: “[...] En vez de desarrollar una estrategia para aumentar al máximo el número de votos o de escaños tomando posiciones programáticas o ideológicas, el partido también toma en consideración la importancia de mantener la democracia. [...]” (2010, p. 29). De forma sintética, essa foi a escolha dos pedecistas uruguaios quando, a partir de 1968, propuseram e trabalharam pela unidade dos setores progressistas comprometidos em frear o avanço autoritário em curso.

No Chile, a Democracia Cristã se encarregava das tarefas de governo enquanto atuava num cenário institucional ainda relativamente estável, porquanto o *jogo eleitoral* era o único a balizar o comportamento da organização. Longe disso, no Uruguai a situação era bem outra, já que, na segunda metade dos anos 1960, tendências políticas centrífugas – em grande medida desconhecidas – reconfiguraram a dinâmica das disputas convencionais. Gradualmente, atores estranhos ao campo político preencheram espaços antes ocupados tão só pelos partidos, os quais foram perdendo o monopólio da representação entre determinados segmentos sociais. Conforme guerrilheiros e militares ameaçavam a consistência de todo o complexo democrático, o *jogo de regime* impôs-se de forma irresistível, e o PDC encarnou esse processo engajando-se na defesa dos marcos constitucionais.

Como sustenta Mainwaring (2010, *passim*), a teoria de que os partidos se orientam fundamentalmente para a conquista de votos e cargos não tem validade global, pois só se adequa a democracias plenas e consolidadas, restando situações outras em que perde seu alcance heurístico. É possível que o problema resida em submeter realidades políticas muito díspares – ou até mesmo parecidas – a padrões explicativos necessariamente generalizadores.

Concluindo, tentei demonstrar que, embora Uruguai e Chile tivessem sistemas políticos comparativamente sólidos – especialmente se confrontados com os do Brasil e da Argentina –, e ainda que a Democracia Cristã compartilhasse postulados e defendesse projetos análogos nos dois países, o acionar político naquelas sociedades não era o mesmo. O *jogo eleitoral* foi a regra de ouro entre os partidos chilenos até por volta das eleições de 1970, quando a vitória da Unidade Popular modificou a disposição de forças e trouxe à luz inclinações golpistas de setores da direita e da extrema-direita. No caso uruguaio, a meu juízo, a tônica do *duplo jogo* é inaugurada já no final de 1967 com a subida ao poder de Jorge Pacheco Areco, somada à radicalização dos grupos armados e à entrada em cena dos militares, colocando em

marcha uma espiral de violência que impeliu diferentes siglas ao *jogo de regime*.

Por fim, entendo que o estudo comparado dos partidos democrata-cristãos pode ser um caminho muito profícuo para o historiador, pois, ao se iluminarem mutuamente, suas trajetórias revelam tendências e detalhes que dificilmente viriam à tona caso fossem abordadas de forma isolada.

Referências

- AGGIO, A. 2002. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo, Annablume.
- AGUIRRE BAYLEY, M. 1985. *El Frente Amplio: Historia y documentos*. Montevideo, EBO.
- AILLAPÁN, P. et al. 2012. La Vicaría de la Solidaridad 1976-1983: Poder, solidaridad y Derechos Humanos en Chile. *Revista de Historia y Geografía*, Santiago, 26:39-55. Disponível em: http://revistadehistoriaygeografia.ucsh.cl/images/revistas/hyg26_art_aillapan.pdf. Acesso em: 21/04/2020.
- ALDRIGHI, C. 2001. *La izquierda armada: Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Montevideo, Ediciones Trilce, 2001.
- ANGELL, A. 2015. Chile, 1958-c. 1990. In: L. BETHELL (org.), *História da América Latina: Vol. IX. A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas*. São Paulo, Edusp, p. 853-929.
- ARENAS, S. [2014?] Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). In: *Theologica Latinoamericana. Enciclopédia Digital*. Disponível em: <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1475>. Acesso em: 20/03/2020.
- AVENDAÑO, O. 2017. *Los partidos frente a la cuestión agraria en Chile, 1946-1973: representación de intereses, gradualismo y transformación estructural*. Santiago, LOM Ediciones.
- BARROS, J. D. 2007. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, 13:7-21.
- BERRÍOS, F. 2009. Manuel Larraín y la conciencia eclesial latinoamericana: Visión y legado de un precursor. *Teología y Vida*, Santiago, L:13-40. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/tv/v50n1-2/art04.pdf>. Acesso em: 22/04/2020.
- BLOCH, M. 1998. Para uma história comparada das sociedades europeias. In: *História e historiadores*. Textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa, Teorema, p. 119-150.
- BOURDIEU, P. 2002. A representação política: Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 163-207.
- BOURDIEU, P. 2019. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Petrópolis, RJ, Vozes, p. 109-1115.
- CAETANO, G.; RILLA, J. 1991. El sistema de partidos: raíces y permanencias. In: G. CAETANO et al., *De la tradición a la crisis: Pasado y presente de nuestro sistema de partidos*. Montevideo, CLAEH; EBO, p. 9-39.
- CAETANO, G. et al. 1987. La partidocracia uruguaya: Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, 44:43-61.
- CAYOTA, M. 2014. *Las raíces de la Democracia Cristiana uruguaya*. Montevideo, Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra.

- Disponível em: <https://institutojuanpabloterra.org.uy/document/las-raices-de-la-democracia-cristiana-uruguay/>. Acesso em 28/02/2022.
- CHIRICO, S. L. 1985. *El Estado y las fuerzas armadas en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo, EBO.
- COSTA BONINO, L. 1985. *Crisis de los partidos tradicionales y movimiento revolucionario en el Uruguay*. Montevideo, EBO.
- DOWNS, A. 1999. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp.
- ERRANDONEA, A. 1994. *El sistema político uruguayo: Análisis de 78 años del sistema político uruguayo*. Montevideo, Ediciones La República.
- FAGÚNDEZ RAMOS, C.; MACHADO FERRER, M. 1987. *Los años duros: Cronología documentada (1964-1973)*. Montevideo, Monte Sexto.
- FERREIRA, A. L. 2013. A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da Unidade Popular no processo de criação da Frente Ampla. *Perseu: História, Memória e Política*, 9:93-114. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/58/30>. Acesso em: 05/03/2021.
- GAZMURI, C. 1996. Semblanza biográfica. In: C. GAZMURI et al., *Eduardo Frei Montalva (1911-1982)*. Santiago, FCU, p. 13-115.
- GOICOVIC DONOSO, I. 2016. El MIR y el proceso político chileno en el ciclo 1967-1975. *Atlante: Revue d'études romanes*, 4:29-55. Disponível em: https://atlante.univ-lille.fr/data/images/_articles/ATLANTE_4_3.pdf. Acesso em: 20/09/2021.
- GRAYSON, G. 1968. *El Partido Demócrata Cristiano chileno*. Buenos Aires; Santiago de Chile, Editorial Francisco de Aguirre.
- HUNEEUS, C. 2010. Un partido político muy institucionalizado: la Democracia Cristiana en Chile. In: S. MAINWARING; T. R. SCULLY (ed.), *La Democracia Cristiana en América Latina: Conflictos y competencia electoral*. México, FCE, p. 173-223.
- HUNEEUS, C. 2018. El Partido Demócrata Cristiano durante el gobierno de Eduardo Frei Montalva. In: C. HUNEEUS; J. COUSO, *Eduardo Frei Montalva: un gobierno reformista a 50 años de la "Revolución en Libertad"*. 2ª ed. Santiago de Chile, Editorial Universitaria, p. 45-69.
- ILHA LÓPEZ, J. R. 2016. *La construcción ideológica de una izquierda cristiana en Uruguay*. Montevideo, Instituto Humanista Cristiano Juan Pablo Terra. Disponível em: <https://institutojuanpabloterra.org.uy/document/la-construccion-ideologica-de-una-izquierda-cristiana-en-uruguay/>. Acesso em: 28/02/2022.
- LÖWY, M. (org.). 2003. *O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MAGASICH, J. 2018. *Datos históricos sobre la Democracia Cristiana*. Santiago de Chile, Editorial Aun Creemos en los Sueños.
- MAINWARING, S. 2010. Objetivos de partidos en regímenes autoritarios con elecciones o en democracias frágiles: un doble juego. In: S. MAINWARING; T. R. SCULLY (ed.), *La Democracia Cristiana en América Latina: Conflictos y competencia electoral*. México, FCE, p. 19-54.
- MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. 2010. La diversidad de la Democracia Cristiana en Latinoamérica. In: S. MAINWARING; T. R. SCULLY (ed.), *La Democracia Cristiana en América Latina: Conflictos y competencia electoral*. México, FCE, p. 55-100.
- MOULIAN, T. 2006. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago, LOM Ediciones.
- NOCERA, R. 2015. *Acuerdos y desacuerdos. La DC italiana y el PDC chileno: 1962-1973*. Santiago de Chile: FCE.
- PÉREZ ANTÓN, R. 1987. *Los cristianos y la política en el Uruguay*. Montevideo, Ediciones del Nuevo Mundo.
- PÉREZ PÉREZ, A. 1971. *La ley de lemas: contenido, alcances, inconvenientes. Sugestiones para su reforma*. Montevideo, FCU.
- PIKAZA, X.; SILVA, J. A. (ed.). 2015. *El pacto de las catacumbas: La misión de los pobres en la iglesia*. Navarra, EVD.
- PRADO, M. L. C. 2005. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*, 153:1-33. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19004>. Acesso em: 01/03/2022.
- RÉMOND, R. 2003. Uma história presente. In: RÉMOND, R. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.
- SALINAS, S. 2013. *El tres letras: historia y contexto del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)*. Santiago de Chile, RIL Editores.
- SOLARI, A. 1988 *Uruguay: Partidos políticos y sistema electoral*. Montevideo, El Libro Libre; FUCCYT.
- SOTELO RICO, M. 1999. La longevidad de los partidos tradicionales uruguayos desde una perspectiva comparada. In: L. E. GONZÁLEZ et al., *Los partidos políticos uruguayos en tiempo de cambio*. Montevideo, FCU, p. 129-165.
- WALKER, I. 2010. El futuro de la Democracia Cristiana chilena. In: S. MAINWARING; T. R. SCULLY (ed.), *La Democracia Cristiana en América Latina: Conflictos y competencia electoral*. México, FCE, p. 224-266.
- WINN, P. 2010. *A Revolução Chilena*. São Paulo, Editora UNESP.

Submetido em: 22/11/2021

Aceito em: 02/04/2022